

## INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ELUMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pelo presente instrumento particular, como:

**EMISSIONA:** **ELUMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**, com sede na cidade de Santo André, Estado de São Paulo, à Av. Alexandre de Gusmão nº 865, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 57.488.645/0001-32, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como

**AGENTE FIDUCIÁRIO:** **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Rua Sete de Setembro, 99 - 13º andar, Centro, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 17.343.682/0001-38, nomeado nesta escritura e nela interveniente, representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta emissão,

vêm por este instrumento e na melhor forma de direito, celebrar a presente escritura de emissão de debêntures conversíveis em ações, mediante as seguintes cláusulas, condições e características:

### I - DA AUTORIZAÇÃO

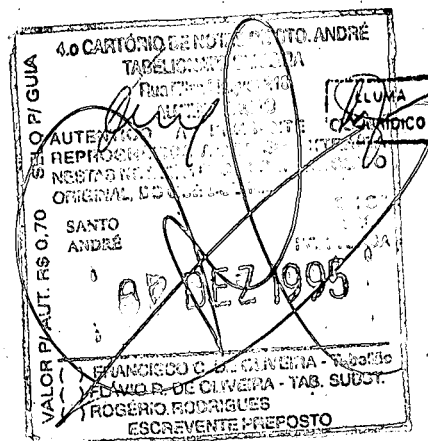
A presente escritura é celebrada com base na autorização deliberada pela Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da **EMISSIONA** realizada em 29 de novembro de 1995, cuja ata será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e nos jornais Diário do Grande ABC e O Estado de São Paulo.

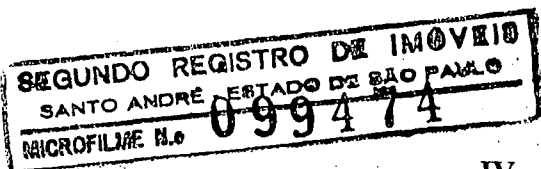
### II - DO REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

A emissão de debêntures será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante designada CVM, na forma das Leis nº. 6.385, de 07/12/1976 e nº. 6.404, de 15/12/1976, e demais disposições legais e regulamentares que se fizerem pertinentes.

### III - DO REGISTRO DA PRESENTE ESCRITURA

A presente escritura de emissão será registrada no competente cartório de registro de imóveis da Comarca de Santo André - SP.

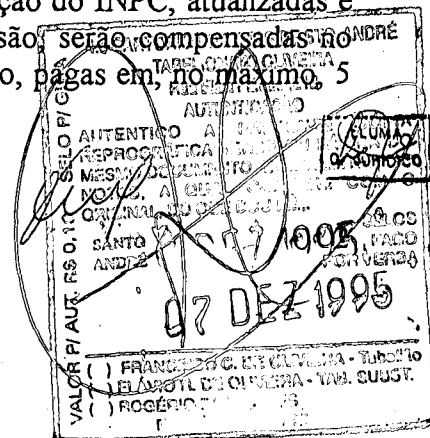


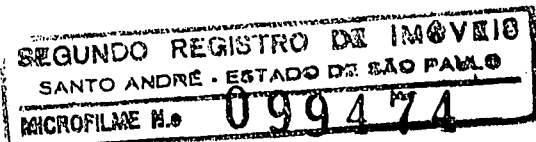


#### IV - DA EMISSÃO

A emissão de debêntures observará as seguintes características e condições:

1. **MONTANTE DA EMISSÃO:** O valor total da emissão será de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), em 01 de dezembro de 1995. ✓
2. **INTEGRALIZAÇÃO:** As debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.
3. **QUANTIDADE DE TÍTULOS:** A emissão será constituída de uma única série de 1.000 (um mil) debêntures conversíveis em ações ordinárias e preferenciais. ✓
4. **COLOCAÇÃO:** A colocação das debêntures será por distribuição pública, sem direito de preferências aos acionistas da EMISSORA, com adoção de procedimento diferenciado, referido no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, contemplando atendimento prioritário aos acionistas.
5. **ESPÉCIE:** As debêntures desta emissão serão da espécie subordinada. ✓
6. **FORMA:** As debêntures serão escriturais.
7. **VALOR NOMINAL UNITÁRIO:** As debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) na data da emissão.
8. **DATA DE EMISSÃO:** Para todos os efeitos legais a data de emissão das debêntures é o dia 01 de dezembro de 1995. ✓
9. **DATA DO VENCIMENTO FINAL:** As debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos, vencendo-se, portanto, em 01 de dezembro de 2.000. ✓
10. **ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA:** As debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente, a partir da data da emissão, segundo a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
  - 10.1. Caso não seja mais vedado e/ou passe a ser permitida expressamente a atualização monetária das obrigações mediante utilização do INPC em periodicidade inferior a 12 (doze) meses, será a mesma aplicável, independentemente de qualquer outra formalidade ou ajuste à escritura, sendo certo que a atualização passará a incidir no menor período permitido;
  - 10.2. Na hipótese de extinção do referido indexador, ou, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou, ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicação, adotar-se-á em seu lugar outro que melhor represente a perda do valor da moeda nacional no tempo, aprovado em Assembléia Geral de Debenturistas, que será convocada em tempo hábil, observado o disposto na legislação em vigor; e
  - 10.3. Na hipótese de atraso na divulgação do INPC, ou, ainda, em caso de sua indisponibilidade em eventos tais como, aquisições facultativas, amortizações programadas, resgate ou vencimento antecipado das debêntures ou, ainda, no pagamento dos juros remuneratórios, o valor a ser pago será calculado com base no último INPC disponível, calculado de forma *pro rata die*. Eventuais diferenças apuradas quando da divulgação do INPC, atualizadas e capitalizadas às mesmas taxas pactuadas para a presente emissão, serão compensadas no pagamento de juros subsequente ou, nos eventos de vencimento, pagas em, no máximo, 5 (cinco) dias úteis a contar da divulgação do índice. ✓





11. **PREÇO DE SUBSCRIÇÃO:** As debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo dentro do prazo de distribuição pública pelo seu valor nominal atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescido dos juros de 12% (doze por cento) ao ano, ambos calculados *pro rata tempore*, desde a data de emissão até a data da efetiva subscrição e integralização.
12. **JUROS REMUNERATÓRIOS:** As debêntures serão remuneradas, a partir da data de emissão com juros de 12 % (doze por cento) ao ano, computados na base de 360 (trezentos e sessenta) dias, calculados sobre o valor nominal atualizado das debêntures, deduzida a parcela amortizada, pagáveis, anualmente, sempre no primeiro dia do mês de dezembro, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de dezembro de 1.996 e o último em 1º de dezembro de 2.000, data de vencimento das debêntures.
- 12.1.A **EMISSORA** pagará *pro rata tempore* os juros devidos até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: nas eventuais conversões de debêntures em ações, amortizações, resgates e vencimento antecipado.
13. **JUROS MORATÓRIOS:** A taxa de juros será elevada em 1,0% (um por cento) ao mês, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, no caso de impontualidade da **EMISSORA** no pagamento dos juros ou do principal reajustado das debêntures, nas épocas em que forem devidos, calculados desde a data do vencimento da obrigação não cumprida até a data da regularização dessa obrigação, incidente sobre as parcelas não pagas, tudo sem prejuízo do vencimento antecipado das debêntures referido no item 25.
14. **PRÊMIO:** As debêntures farão jus a um prêmio que será pago nas datas das amortizações programadas ou por ocasião de vencimento ou resgate antecipado, incidente a partir da data de emissão, equivalente à diferença positiva, se houver, obtida entre os termos da seguinte fórmula:

$$P_n = [VN \times (1 + CM)] - VNA, \text{ sendo:}$$

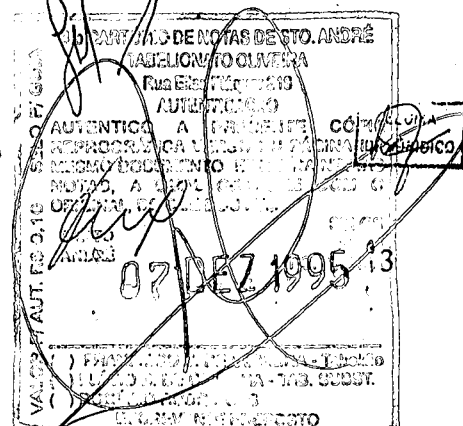
$P_n$  = Prêmio "n" expresso em reais, a ser pago por debênture em conjunto com as amortizações programadas, vencimento ou resgate antecipado;

$VN$  = Valor Nominal na data da emissão, ou seja, R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) deduzido das amortizações ocorridas;

$CM$  = Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, regulamentada pela Resolução nº 2121, de 30.11.94, do Conselho Monetário Nacional, e divulgada pelo Banco Central do Brasil, representada na forma decimal, calculada cumulativa e sucessivamente, a partir da data de emissão das debêntures e pelos respectivos prazos, acrescida, também cumulativamente, da taxa de 10% (dez por cento) ao ano, considerado o ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, adotando-se, se necessário, critério *pro rata die*.

$VNA$  =  $VN$  atualizado na forma do item 10, anterior, até a data do pagamento do prêmio, acrescido dos juros remuneratórios.

- 14.1. Os prêmios vincendos não serão devidos na hipótese de conversão das debêntures.



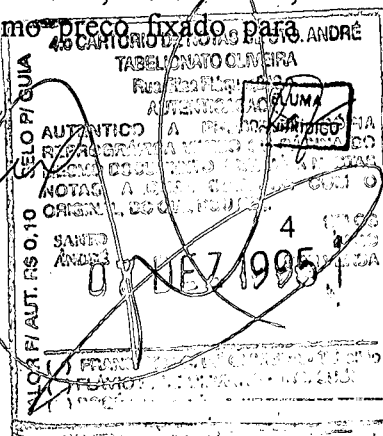
15. **CONVERSIBILIDADE:** A partir de 01 de janeiro de 1996, as debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, após integralizadas, à opção dos debenturistas, ser convertidas em ações da **EMISSORA**, observadas as seguintes quantidades, por debênture, em função dos respectivos prazos para conversão: a) 463.070 (quatrocentas e sessenta e três mil e setenta) ações, sendo 154.357 (cento e cinquenta e quatro mil trezentos e cinquenta e sete) ações ordinárias e 308.713 (trezentas e oito mil setecentas e treze) ações preferenciais, entre 01 de janeiro de 1996 e 01 de dezembro de 1996; b) 420.875 (quatrocentas e vinte mil oitocentas e setenta e cinco) ações, sendo 140.292 (cento e quarenta mil duzentas e noventa e duas) ações ordinárias e 280.583 (duzentos e oitenta mil quinhentas e oitenta e três) ações preferenciais, entre 02 de dezembro de 1996 e 01 de dezembro de 1997; c) 385.802 (trezentos e oitenta e cinco mil oitocentas e duas) ações, sendo 128.601 (cento e vinte e oito mil seiscentas e uma) ações ordinárias e 257.201 (duzentos e cinquenta e sete mil e duzentas e uma) ações preferenciais, entre 02 de dezembro de 1997 e 01 de dezembro de 1998; d) 356.125 (trezentas e cinquenta e seis mil cento e vinte e cinco) ações sendo 118.709 (cento e dezoito mil setecentas e nove) ações ordinárias e 237.416 (duzentas e trinta e sete mil e quatrocentas e dezesseis) ações preferenciais entre 02 de dezembro de 1998 e 01 de dezembro de 1999; e, (e) 330.687 (trezentas e trinta mil seiscentas e oitenta e sete) ações, sendo 110.229 (cento e dez mil, duzentas e vinte e nove) ações ordinárias e 220.458 (duzentos e vinte mil quatrocentas e cinquenta e oito) ações preferenciais, entre 02 de dezembro de 1999 e 01 de dezembro de 2000.

15.1. Os números de ações decorrentes das conversões de debêntures mencionados no item anterior serão ajustados em relação a desdobramentos, grupamentos ou bonificações em ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da data de emissão, sem qualquer ônus para os debenturistas, na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

15.2. No caso de solicitação de conversão das debêntures em ações, os aumentos de capital decorrentes serão realizados mensalmente e averbados na Junta Comercial da sede da **EMISSORA**, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes à efetivação dos aumentos, observada a forma estabelecida no inciso III do artigo 166 da Lei 6404, de 15.12.76.

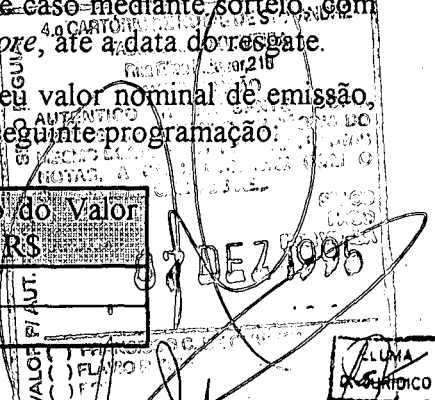
15.3. As ações objeto de conversão terão os mesmos direitos, preferências e vantagens estatutariamente garantidos às ações ordinárias e preferenciais negociadas em bolsa de valores à época da emissão das debêntures e farão jus a bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da **EMISSORA**, a partir da data de solicitação de conversão pelo debenturista, observado, em relação aos dividendos do exercício social em que forem emitidas, o seguinte: (i) as ações oriundas de conversão ocorrida entre 01 de janeiro e 30 de junho de cada exercício social farão jus ao dividendo integral do respectivo exercício social; (ii) as ações oriundas de conversões ocorridas entre 01 de julho e 31 de dezembro de cada exercício social farão jus à metade do dividendo integral do respectivo exercício social.

15.4. Sempre que a **EMISSORA** aumentar seu capital com emissão de novas ações, para subscrição pública ou privada, durante o prazo para o exercício do direito de preferência porventura conferido aos acionistas da **EMISSORA** ou no prazo do eventual atendimento prioritário, ou na ausência de outorga do direito de preferência ou do atendimento prioritário, no prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação do primeiro anúncio de início de distribuição pública de ações, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço fixado para subscrição das novas ações.



- 15.5 Até o vencimento final da presente emissão, caso a Assembléia Geral da **EMISSORA** delibere emitir outras debêntures conversíveis em ações, para subscrição pública ou privada, os debenturistas detentores de debêntures desta emissão terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures pelo mesmo preço, igual espécie e classe de ações estipuladas para as conversões das novas emissões.
- 15.6 Na hipótese de a Assembléia Geral da **EMISSORA** emitir bônus de subscrição durante o prazo do exercício de subscrição de ações, os debenturistas terão, a seu critério, o direito de converter as suas debêntures em ações pelo mesmo preço de exercício do bônus de subscrição.
- 15.7 As frações de ações decorrentes da conversão efetuada com base nos subitens 15.4, 15.5 e 15.6 serão devidas em espécie, na data da solicitação da conversão, devendo seu efetivo pagamento ser realizado até o sexto dia útil subsequente, pelo seu valor nominal atualizado na forma estabelecida no item 10, anterior.
16. **SOLICITAÇÃO DE CONVERSÃO:** Para todos os efeitos a data da conversão das debêntures será a data do recebimento da solicitação pela **EMISSORA** ou pelo Sistema Nacional de Debêntures - SND, com a simultânea entrega e transferência das debêntures a serem convertidas. A **EMISSORA** pagará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, o valor correspondente aos juros remuneratórios, calculados, *pro rata tempore*, sobre o valor nominal das debêntures corrigido monetariamente até a data de seu efetivo pagamento.
17. **PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos.
18. **DECADÊNCIA DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS:** O não comparecimento de debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias nas datas previstas na escritura de emissão, não lhe dará o direito ao recebimento de atualização monetária e rendimentos no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.
19. **AQUISIÇÃO FACULTATIVA:** A **EMISSORA** poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal corrigido, deduzido das amortizações ocorridas, acrescido de juros e prêmio, a que fizerem jus, calculados *pro rata tempore*, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76, de 15.12.76. As debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da **EMISSORA**, ou ser novamente colocadas no mercado.
20. **RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO:** As debêntures objeto desta emissão, por decisão do Conselho de Administração da **EMISSORA**, e mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias úteis, poderão ser resgatadas, de forma total ou parcial, neste caso mediante sorteio, com pagamento do principal, juros e prêmio, calculados *pro rata tempore*, até a data do resgate.
21. **AMORTIZAÇÕES PROGRAMADAS:** As debêntures terão seu valor nominal de emissão, atualizado monetariamente, amortizado em parcelas, conforme a seguinte programação:

Data	Parcela de amortização	Valor da amortização do Valor Nominal de emissão - R\$
01/12/1999	50%	10.000,00
01/12/2000	50%	10.000,00



22. **NEGOCIAÇÃO:** A emissão será registrada para negociação no mercado secundário, através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.
23. **LOCAL DE PAGAMENTOS:** Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos, a que fazem jus as debêntures desta emissão, serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou na sede da **EMISSORA**, na hipótese do debenturista não estar vinculado a este sistema, ou ainda, em Instituição Financeira contratada para tal fim.
24. **PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA:** Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente publicados, na forma de avisos, no jornal O Estado de São Paulo, em prazos tais que permitam aos debenturistas o adequado acompanhamento das ocorrências na vida da debênture.

### V - DO VENCIMENTO ANTECIPADO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações das debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento pela **EMISSORA** do valor nominal atualizado monetariamente *pro rata tempore* até a data do seu efetivo pagamento, acrescido dos juros e prêmio, se houver, na ocorrência dos seguintes eventos:

- (a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a **EMISSORA**;
- (b) pedido de concordata preventiva formulado pela **EMISSORA**;
- (c) liquidação ou decretação de falência da **EMISSORA**;
- (d) falta de cumprimento pela **EMISSORA** de qualquer obrigação prevista nesta escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados a partir do aviso escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário;
- (e) vencimento antecipado de qualquer dívida da **EMISSORA** em razão de inadimplência contratual cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações da **EMISSORA** previstas nesta escritura de emissão.

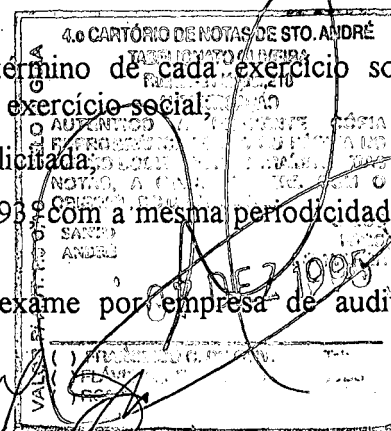
### VI - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A **EMISSORA** está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

- 1.1) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;
- 1.2) qualquer informação disponível que lhe venha a ser solicitada;
- 1.3) as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93 com a mesma periodicidade do envio destas informações à CVM.

2. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.



3. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus debenturistas as demonstrações financeiras previstas no art. 176 da Lei nº 6.404/76.
4. Manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas para que preste este serviço.
5. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por Lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de juros e/ou principal das debêntures, objeto desta escritura.
6. Com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral e, prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, antes de a assembléia se realizar. Decorridos 15 (quinze) dias, fornecer cópias de qualquer Assembléia Geral.
7. Notificar o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de qualquer ato ou fato que possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da **EMISSORA** por mais de 2 (dois) dias úteis.
8. Manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

## VII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

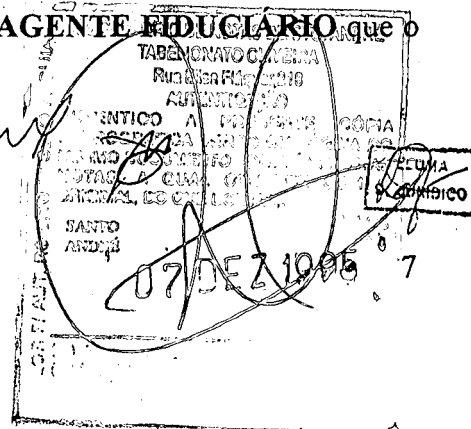
A **EMISSORA** constitui e nomeia **AGENTE FIDUCIÁRIO** da emissão objeto desta escritura, **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, retro qualificada, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a **EMISSORA**, a comunhão dos titulares das debêntures.

### 1. Declaração

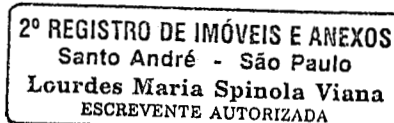
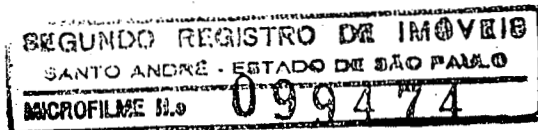
O **AGENTE FIDUCIÁRIO** dos debenturistas, nomeado na presente escritura, declara:

- a) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23.11.83, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta escritura;
- c) aceitar integralmente a presente escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) estar ciente das disposições contidas na Circular nº 1.832 de 31.10.90 do Banco Central do Brasil.

A **EMISSORA** também declara não ter qualquer ligação com o **AGENTE FIDUCIÁRIO** que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.







## 2. Remuneração

Será devido ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

- a) 01(uma) parcela de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) vencível na data de início da distribuição pública das debêntures, e
- b) 03 (três) parcelas anuais de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) vencíveis a cada dia 01 de dezembro dos anos subsequentes, a partir de 1996.
- c) 01 (uma) parcela de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) vencível em 01 de dezembro de 1.999.
- c) As parcelas do itens "b" e "c" acima serão atualizadas nas mesmas condições de atualização monetária vigente para as debêntures desta emissão, a partir da data de emissão, até a data de seu efetivo pagamento, calculadas *pro rata die*, se necessário.
- d) As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadas necessárias ao exercício da função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**, a serem cobertas pela **EMISSORA**.
- e) Todas as despesas com procedimentos legais, em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** na hipótese de a **EMISSORA** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive: (i) Publicações de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (ii) expedições de certidões; e (iii) locomoções entre estados da federação ou ao exterior e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções.
- g) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração de que trata este item, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida no item 13 da Cláusula IV anterior para as obrigações tratadas nesta escritura.
- h) As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

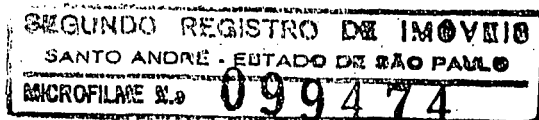
## 3. Substituição

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** será substituído:

- a) nos casos de vacância, mediante nomeação pela **EMISSORA** e aditamento à presente escritura; e
- b) nos demais casos, na forma da Lei.







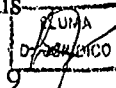
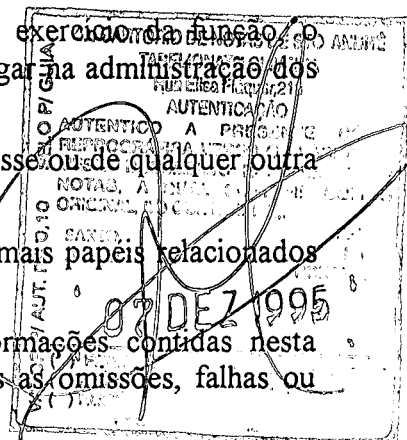
- Parágrafo Primeiro** - Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.
- Parágrafo Segundo** - É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.
- Parágrafo Terceiro** - A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23.11.83 e eventuais normas posteriores.
- Parágrafo Quarto** - A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** deverá ser objeto de aditamento à escritura de emissão, devendo tal aditamento ser averbado no registro de imóveis no qual foi registrada a presente escritura.
- Parágrafo Quinto** - O **AGENTE FIDUCIÁRIO** entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.
- Parágrafo Sexto** - Aplicam-se às hipóteses de substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** as normas e preceitos a respeito, baixados por ato da CVM.

#### 4. Deveres do AGENTE FIDUCIÁRIO

2º REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS  
Santo André - São Paulo  
Lourdes Maria Spinola Viana  
ESCREVENTE AUTORIZADA

Além de outros previstos em Lei ou em ato normativo da CVM e nesta escritura, constituem deveres e atribuições do **AGENTE FIDUCIÁRIO**:

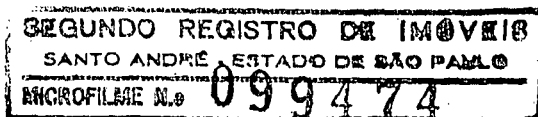
- proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- promover, nos competentes órgãos, caso a **EMISSORA** não o faça, o registro desta escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da **EMISSORA** para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;



- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos Distribuidores Cíveis, da Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da **EMISSORA**;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na **EMISSORA**;
- j) convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 24 da cláusula IV;
- k) comparecer à assembléia dos debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- l) elaborar o relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações:
- l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela **EMISSORA** ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela **EMISSORA**;
  - l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - l.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da **EMISSORA**, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - l.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;
  - l.5) resgate, amortização e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela **EMISSORA**;
  - l.6) constituição e aplicação do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
  - l.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da **EMISSORA**;
  - l.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - l.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela **EMISSORA** neste instrumento;
  - l.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de **AGENTE FIDUCIÁRIO**; e,
- m) colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, ao menos nos seguintes locais;
- m.1) na sede da **EMISSORA**;
  - m.2) no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
  - m.3) na CVM;
  - m.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e
  - m.5) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das debêntures.
- n) publicar, nos órgãos de imprensa em que a **EMISSORA** deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 24 da cláusula IV, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "m" acima;



2º REGISTRO DE IMOVEIS E ANEXOS  
Santo André - São Paulo  
Lourdes Maria Spinola Viana  
ESCREVENTE AUTORIZADA

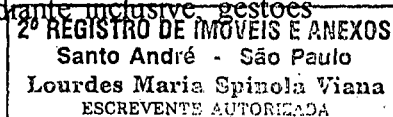


o) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à **EMISSORA**;

p) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

r) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela **EMISSORA** de obrigações assumidas na presente escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada: 1) à CVM; 2) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e 3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.



## 5. Atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO

O **AGENTE FIDUCIÁRIO** usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da **EMISSORA**:

a) Declarar, observadas as condições da presente escritura, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

b) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;

c) Requerer a falência da **EMISSORA**;

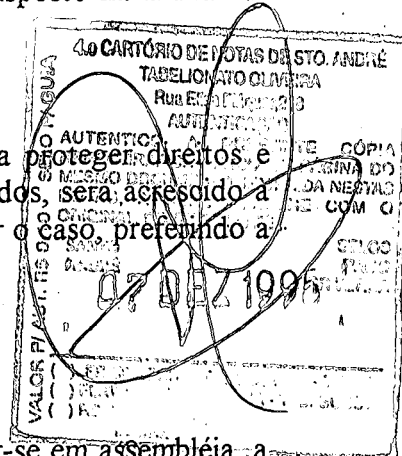
d) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da **EMISSORA**.

**Parágrafo Primeiro** - O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" acima, na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente escritura.

**Parágrafo Segundo** - O **AGENTE FIDUCIÁRIO** somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "c" do caput deste item se, convocada a assembleia dos debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "d" do caput deste item.

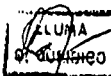
## 6. Despesas do AGENTE FIDUCIÁRIO

O crédito do **AGENTE FIDUCIÁRIO** por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldados, será acrescido à dívida da **EMISSORA** e gozará das mesmas garantias das debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.



## VIII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, a fim de deliberarem sobre qualquer matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.



- Parágrafo Primeiro** - A assembléia dos debenturistas poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSORA**, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM.
- Parágrafo Segundo** - Aplicam-se à assembléia de debenturistas, no que couber, as regras estabelecidas na Lei nº 6404/76 para a assembléia geral dos acionistas da **EMISSORA**.
- Parágrafo Terceiro** - A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela CVM.
- Parágrafo Quarto** - Em qualquer caso o **AGENTE FIDUCIÁRIO** comparecerá à assembléia dos debenturistas, prestando-lhes as informações que lhe forem solicitadas.
- Parágrafo Quinto** - A assembléia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.
- Parágrafo Sexto** - Nas deliberações da assembléia cada debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, debenturistas ou não.
- Parágrafo Sétimo** - Quaisquer modificações nas condições das debêntures, objeto da presente escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação.
- Parágrafo Oitavo** - Para efeito da constituição do quorum a que se refere o parágrafo anterior, serão excluídas do número de debêntures em circulação, as pertencentes à **EMISSORA**.
- Parágrafo Nono** - Será facultada a presença de representantes legais da **EMISSORA** na Assembléia de Debenturistas.

## IX - DO FORO

2º REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS  
Santo André - São Paulo  
Lourdes Maria Spinola Viana  
ESCREVENTE AUTORIZADA

O Foro da presente escritura será o da Cidade de Santo André - SP, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta escritura.

E por estarem justos e contratados, assinam a presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma e para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, que também a assinam.

Santo André - SP, 01 de dezembro de 1995.

ELUMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
EMISSORA

PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE  
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
AGENTE FIDUCIÁRIO

Testemunhas:

CPF: 066.148.158-14

Nome: Elisabeth Baptista Bettini

CPF: 011.665.878-59

CARLOS ALBERTO PILOTTO

07 DEZ 1995

ELUMA  
O. VENTURO

ILMO. SR. OFICIAL DO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE  
SANTO ANDRÉ (SP)



ELUMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO,  
estabelecida à Av. Alexandre de Gusmão nº 865, em Santo André (SP), inscrita no  
CGC sob nº 57.488.645/0001-32, por seu bastante procurador infra-assinado, vem,  
respeitosamente, requerer se digne V. Sa. determinar a AVERBAÇÃO do  
Instrumento Particular de Escritura de Aditamento à Escritura da 4ª Emissão de  
Debêntures Conversíveis em Ações da Eluma S.A. Indústria e Comércio, à margem  
do Registro nº 7130 - Livro nº 3 - Registro Auxiliar, feito em 06.12.95, nesse  
Cartório.

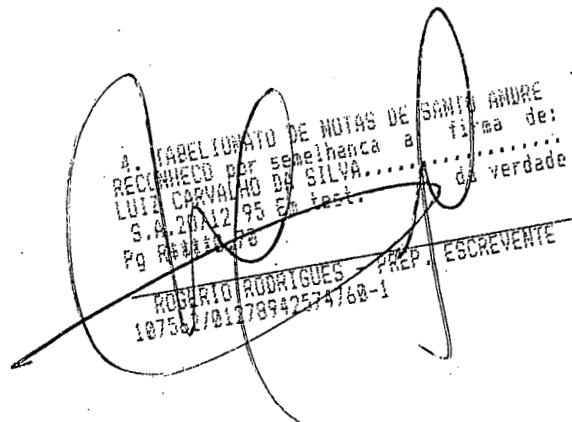
Termos em que,  
P. Deferimento  
Santo André, 20 de dezembro de 1995.  
ELUMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

*[Signature]*  
pp. Luiz Carvalho da Silva



*Recebido  
20/12/95  
Lourdes Maria*

2º REGISTRO DE IMÓVEIS E ANEXOS  
Santo André - São Paulo  
Lourdes Maria Spínola Viana  
ESCREVENTE AUTORIZADA



*2º CARTÓRIO DE NOTAS DE SANTO ANDRÉ  
TABELIONATO OLIVEIRA  
Rua Elza Fláquer, 218*